época.

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e aplicar ao Sr. FRANCISCO GREGÓRIO DA SILVA, Prefeito à época, (C.P.F. nº 024.728.302-97) a multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida como dispõe a Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 50.216
PROCESSO Nº. 2009/51856-9

Assunto: Tomada de Contas relativa exercício financeiro de 2008 da ORGANIZAÇÃO SOCIAL ESCOLA DE TRABALHO E PRODUÇÃO DO PARÁ.

Responsável: Sr. JORGE GARCIA FILGUEIRAS – Presidente à época.

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheira Relatora, com fundamento nos arts. 38, inciso III, alínea “a”, “b” e “c” c/c os arts. 41, 73 e 74, inciso VIII da Lei Complementar nº. 12 de 9 de fevereiro de 1993 e art. 74, inciso VI do mesmo Diploma Legal c/c Resolução - TCE nº. 17.801/2009, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. JORGE GARCIA FILGUEIRAS, Presidente à época, CPF nº. 037.410.442-53, ao pagamento da quantia de R\$ 2.227.336,52 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil, trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e dois), atualizada e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

II - Aplicar as multas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pelo dano causado ao erário, R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pela instauração da tomada de contas, e multa diária de R\$10,00 (dez reais) a partir de 11/05/2010, totalizando o valor de R\$-6.590,00 (seis mil, quinhentos e noventa reais), a serem recolhidas na forma como dispõe a Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE.

As quantias supramencionadas deverão ser recolhidas no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 50.217
PROCESSO Nº. 2009/51953-9

Assunto: Tomada de Contas referente ao convênio nº. 027/2008, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE BOI e a SEPOF.

Responsável: Sr. JOÃO PEDROSA GOMES – Prefeito à época

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Corregedor Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e aplicar ao Sr. JOÃO PEDROSA GOMES, Prefeito à época, CPF nº. 153.006.762-68, a multa de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008-TCE, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado. Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 50.218
PROCESSO Nº. 2009/53555-7

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio nº. 198/2008 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATIPURU e a SEPOF.

Responsável: Sr. LUIZ GUILHERME ALVES DIAS - Prefeito à época.

Relator: Conselheiro LUIZ DA CUNHA TEIXEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas “a”, e “b” e “c” c/c os arts. 41, 73 e 74, VIII da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas e condenar Sr. LUIZ GUILHERME ALVES DIAS, Prefeito a época, CPF nº. 252.436.592-15, ao pagamento da importância de R\$20.000,00 (vinte mil reais), devidamente atualizada a partir de 4/7/2008, acrescida de juros até a data do efetivo recolhimento.

II -Aplicar as multas de R\$500,00 (quinhentos reais), pelo dano ao erário e, R\$500,00 (quinhentos reais), pela instauração da tomada de contas a serem recolhidas na forma do disposto na Lei Estadual 7086/2008, c/c com os art. 2º, IV e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/ TCE.

Os valores decorrentes do débito e das multas deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação

desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e da multa imputados em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 50.219
PROCESSO Nº. 2010/50849-3

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio nº. 046/2007 firmado entre a COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE TRABALHADORES E PRODUTORES RURAIS DE IGARAPÉ-MIRI e a SAGRI.

Responsável: Sr. JOÃO SERRÃO DE MIRANDA, Presidente.

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos art. 38, inciso III, alínea a, b, e c, c/c os arts. 41 e 73 da Lei Complementar nº. 12 de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. João Serrão de Miranda, Presidente, CPF nº. 125.143.302-20, ao pagamento da importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), atualizada a partir de 24.12.2007 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

II – Aplicar a multa de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), pelo dano causado ao erário a ser recolhida na forma do dispostos na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c com o arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE.

Os valores decorrentes do débito e da multa deverão ser recolhidas no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente do debito e das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 50.220
PROCESSO Nº. 2007/52478-6

Assunto: Aposentadoria

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, c/c com art. 101 do Ato Regimental nº. 24/1994, determinar o arquivamento do processo que trata da aposentadoria de ZAILDE RAMOS DA LUZ, em face da revogação do ato pela Administração Pública antes do seu efetivo registro no Tribunal de Contas.

ACÓRDÃO Nº. 50.221
PROCESSO Nº. 2011/51022-0

Assunto: Admissão de Pessoal

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inciso III da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, registrar o contrato de Admissão de Servidor Temporário firmado entre a SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ e VERA LUCIA PANTOJA DE SOUSA.

ACÓRDÃO Nº. 50.222

Assunto: Admissão de Pessoal

Processo nº 2011/51068-3 – FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO PARÁ - PATRÍCIA CRISTINA DANTAS M. VIRGULINO; ELIANE OLIVEIRA DA COSTA; MARIA NAZARÉ BRASIL DA COSTA; JOYCE RAQUEL SOBRINHO G. DA SILVA; EDUARDO ACÁCIO NOGUEIRA COELHO; ALINE RIBEIRO BRÍGIDO; ANDERSON JONATHAM VIEIRA DE BARROS; CILMAR HUDSON SORIANO PANTOJA; FÁBIO NASCIMENTO DE CARVALHO; IZENETE GARCIA NOBRE; JONATHAS ROBERTO BRITO PENA; LUCINÉIA VASCONCELOS TEIXEIRA; RITA DE CÁSSIA DE FRANÇA LOBATO; SANDRO ROGÉRIO DE LIMA NUNES; VANESSA BRENDA SILVA COIMBRA e NICOLLY LOURIANDA P. DE FIGUEIREDO.

Processo nº . 2011/51933-8 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - MANOEL ALEXANDRE DO NASCIMENTO; SÉRGIO EDMAR DA COSTA SANTOS; SÔNIA MARIA REIS DA SILVA; NECY LOPES DOS SANTOS; CHIRLES MONTEIRO NASCIMENTO; MARIA SEBASTIANA SILVA SALES; ANTÔNIO SALES DO NASCIMENTO; SEBASTÃO NUNES COSTA; MANOEL ALDINEI CARDOSO DE LIMA; OSEIAS DA PAIXÃO DIAS; RAIMUNDA LOPES NAZARÉ; MARIA ANTÔNIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA; MÁRCIO NASCIMENTO RIBEIRO; RANILCE CHAGAS ARANHA REIS; ROZEANE DA SILVA MESQUITA; RITA DE CÁCIA DA COSTA POMPEU; MARIA REGINALDA DE SOUSA PENICHE; CRISTINA ANAISSE PEREIRA CORDEIRO; ELMA LOBATO LEÃO; SULI DE AGUIAR COSTA; MÔNICA SUELLEM DA SILVA GUEDES; LUIZ RENATO FALCÃO CECIM; CRISTIANE MALTA COSTA ACÁCIO; HUATAÚ CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE; MARCOS PAULO SANTOS DA SILVA; ANDREIA DOS SANTOS RIBEIRO; CIPRIANO PEREIRA DOS SANTOS FILHO; FRANCILEUZA MEDEIROS DE SOUZA; EDINALDO DOS SANTOS PINHEIRO; MICHELE AMORIM SANTARÉM; SIMONE ALMEIDA DE PÁDUA; ROSINELE DO SOCORRO COSTA DE OLIVEIRA; CREUZA MATIAS BRAGA; DIELEM CÉLIA FERREIRA BAARS; SUELI BALIEIRO SACRAMENTO; LUIZ GOMES DE SOUZA NETO; DAYANE FERREIRA DA CRUZ; NATALINA NOGUEIRA DA COSTA; IONE GOIS VASCONCELOS; IONAI SANTOS DE ABREU e JAILSON SILVA DE BRITO.

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr.

Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, registrar os contratos de admissão de servidores temporários.

ACÓRDÃO Nº 50.223

PROCESSO Nº. 2008/53970-1

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, registrar a Portaria AP AT RET nº 1905, de 12/12/2011, que trata da aposentadoria de MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DA SILVA, no cargo de Agente de Portaria, lotada na Secretaria Executiva de Educação.

ACÓRDÃO Nº 50.224

PROCESSO Nº 2007/53550-1

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, registrar a Portaria nº. 0471 de 11.11.2004, que trata da Pensão Civil em favor de MARIA FERREIRA MEIRELES, dependente do ex-segurado RAIMUNDO DA COSTA MEIRELES.

ACÓRDÃO Nº 50.225

PROCESSO Nº. 2009/51959-4

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº. 132/2008 firmado entre o CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO NEGRO DO PARÁ e a SESP

Responsável: Sra. MARIA APARECIDA SANTOS CORRÊA - Coordenadora a época.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I e art. 39, da Lei Complementar nº 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, na importância de R\$ 70.758,00 (setenta mil setecentos e cinquenta e oito reais), com isenção de multa regimental, em face do Prejulgado nº 14 e dar quitação à responsável.

ACÓRDÃO Nº. 50.226

PROCESSOS Nº. 2010/50220-5

Assunto: Prestação de Contas referente ao convênio nº 046/2008 e Termos Aditivos, firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS e a SEPOF.

Responsável: Sr. ADNAN DEMACHKI – Prefeito à época

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 39 da Lei Complementar nº 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) e dar quitação ao responsável.

ACÓRDÃO Nº 50.227

PROCESSO Nº. 2010/51524-0

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº. 73/2009, firmado entre a ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DA CIDADE NOVA IV E ADJACÊNCIAS e a ALÉPA.

Responsável: Sr. MERITA BRABO DE SOUSA – Presidente.

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I e art. 39, da Lei Complementar nº 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, na importância de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), com isenção de multa regimental, em face do Prejulgado nº 14 e dar quitação ao responsável.

RESOLUÇÃO Nº. 18.194

PROCESSO Nº. 2005/51468-0

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº. 052/2004 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO AJURU e a SESP.

Responsável: Sr. ALCIDES ABREU BARRA, Prefeito à época

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 73, inciso I c/c o art. 183, §§ 3º e 4º, inciso II, do Ato nº. 24, de 08 de março de 1994, conceder ao Sr. ALCIDES ABREU BARRA, o prazo de 15 (quinze) dias, para que apresente a documentação relativa à respectiva prestação de contas, a fim de reabrir a instrução processual nos termos regimentais.

PORTARIAS DIVERSAS

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 355296

PORTARIA Nº26.106 DE 15-03-12

CONCEDER ao servidor JOSÉ TADEU ALVES PESSOA, Analista de Controle Externo TCE-ATNS-603 Classe C Nível 3, matrícula nº 0178640, 30 (trinta) dias de licença prêmio, referente ao triênio de 30-05-2008/2011, nos termos do artigo 98 da Lei nº 5.810/94, no período de 25-09 a 24-10-2012.

PORTARIA Nº26.107 DE 15-03-12
CONSIDERANDO os termos do artigo 10 da Lei nº 7.592, de 28 de dezembro de 2011;

DESIGNAR o servidor MARCELO FÁBIO DA SILVA ARANHA, Analista de Controle Externo TCE-ATNS-603 Classe A Nível 1, matrícula nº 0100366, para exercer a função comissionada de Controlador, a partir de 01-03-2012.